

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

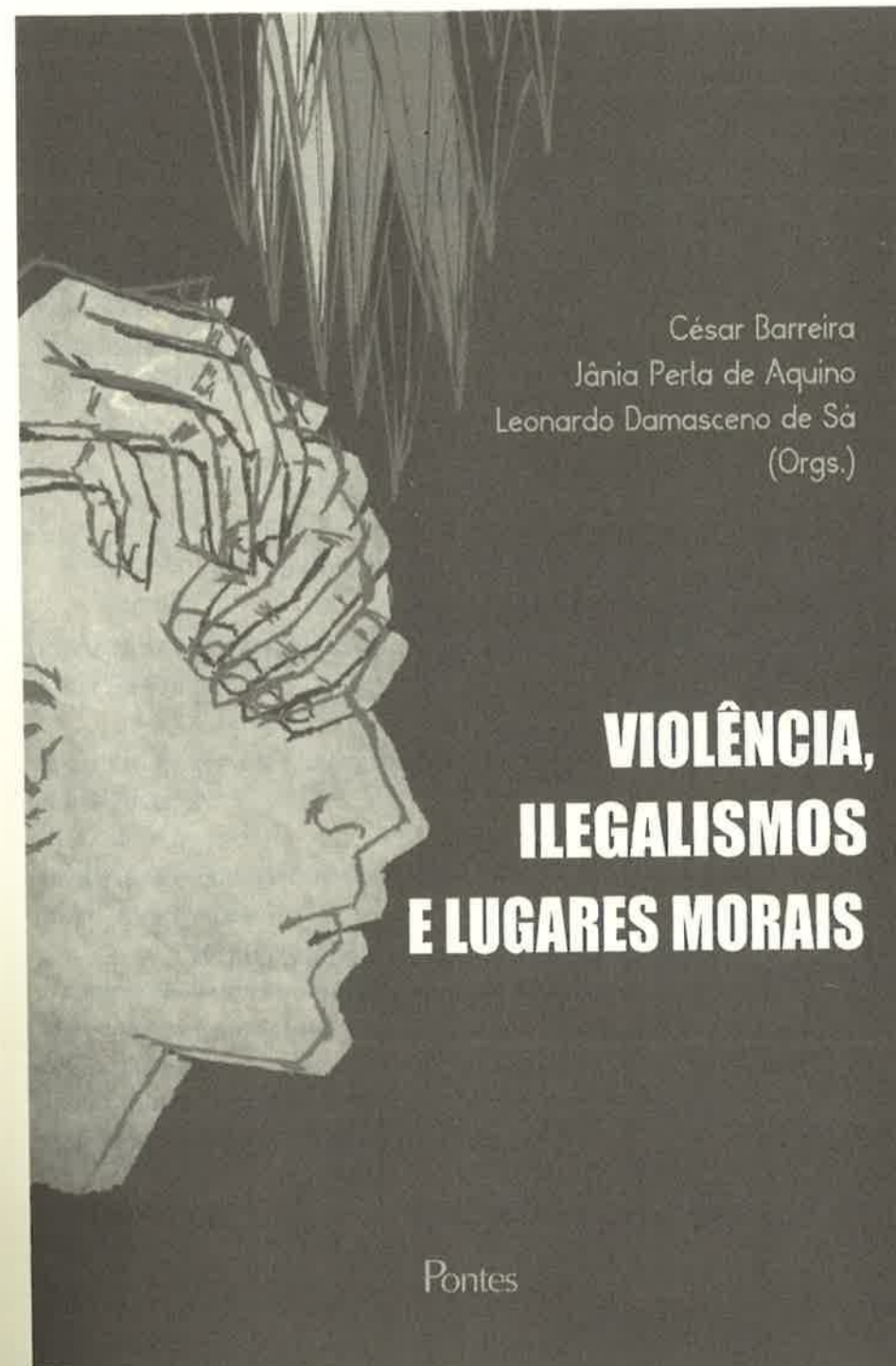
Barreira, César. / Aquino, Jânia Perla de. / Sá, Leonardo Damasceno de. (Orgs.)  
Violência, Ilegalismos e Lugares Morais /  
César Barreira / Jânia Perla de Aquino / Leonardo Damasceno de Sá (Orgs.)  
Campinas, SP : Pontes Editores, 2014.  
Coleção: Conflitos Sociais & Práticas Políticas

Bibliografia.  
ISBN - 978-85-7113-579-6

1. Sociologia 2. Antropologia social  
3. Conflitos sociais - violência I. Título. II. Coleção

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Sociologia - 301
2. Antropologia social - 306
3. Conflitos sociais - violência - 303.6



Copyright © 2014 dos organizadores representantes dos colaboradores  
Coordenação Editorial: Pontes Editores  
Editoração e capa: Eckel Wayne  
Revisão: Pontes Editores, Marcela Matos

Coleção: Conflitos Sociais e Práticas Políticas  
Coordenadores da Coleção: César Barreira e Irllys Barreira

Todos os direitos desta edição reservados à Pontes Editores Ltda.  
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia  
sem a autorização escrita da Editora.  
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

PONTES EDITORES  
Rua Francisco Otaviano, 789 - Jd. Chapadão  
Campinas - SP - 13070-056  
Fone 19 3252.6011  
Fax 19 3253.0769  
ponteseditores@ponteseditores.com.br

[www.ponteseditores.com.br](http://www.ponteseditores.com.br)

2014  
Impresso no Brasil

## SUMÁRIO

Introdução .....	9
César Barreira	
Jânia Perla Diógenes de Aquino	
Leonardo Damasceno de Sá	

### PARTE I

#### Vivendo o Perigo e Códigos Sociais

Respeito e Consideração, entre os muros escolares .....	15
César Barreira	
Saber viver, em meio a encenqueiros, valentões e perigosos .....	43
John Comerford	
Pesquisas Desiguais e Lutas Negligenciadas .....	59
Jorge Mattar Villela	
Narrativa del trauma y recomposición social. A propósito de los 12 años de la masacre del Naya .....	77
Myriam Jimeno	
Daniel Varela Corredor	
Ángela Milena Castillo Ardila	
Conduzindo o Perigo: governança, redes de inteligência securitárias entre taxistas .....	101
Eduardo Paes-Machado e Ana Márcia Nascimento	

A construção social do calvário: sobre como os meios de comunicação retratam mortes violentas.....	135
Luiz Fábio S. Paiva	
Violência no trânsito no Estado do Ceará (2007-2009).....	157
Mauricio Bastos Russo	
Notas sobre uma experiência de campo com narradores (e pesquisadores) em movimento.....	175
Camila Holanda Marinho	
Jovens Universitários na Luta por Reconhecimento.....	197
Isaurora Cláudia Martins de Freitas	
Moralismos e eticidades: dilemas metodológicos no estudo das violências.....	213
Ed Carlos Guimarães	

## II PARTE

### Moralidade, territórios e mercados ilegais

“Consideração” e “competência” entre assaltantes: etnografias da socialidade armada.....	229
Jania Perla Diógenes de Aquino Leonardo Damasceno de Sá	
Trabalhadores “informais” no mercado “ilegal” das drogas no Rio de Janeiro .....	249
Antônio Carlos Rafael Barbosa	
Moralidade, cidadania e espaço social: desafios para o controle social ..	261
Luis Gerardo Gabaldón	
Ciganos, crime e justiça: um estudo no Noroeste de Portugal.....	275
Manuel Carlos Silva	

O Ponto e a Biqueira: Notas para a construção de um conceito .....	311
Daniel Veloso Hirata	

Mercados Informais e Economia Popular: possíveis fronteiras entre moralidades e legalidade nas relações da Sociedade e o Estado .....	325
Lenin Pires	

Economia Solidária e Segurança: vivências de “proteção próxima” e prevenção da violência no Conjunto Palmeiras .....	341
Antonio George Lopes Paulino	

Pobreza e Territórios Urbanos Estigmatizados no Brasil Contemporâneo: esboços de uma interpretação .....	353
Leila Maria Passos de S. Bezerra Alba Maria Pinho de Carvalho	

## III PARTE

### Práticas policiais, ilegalidades e controle social

Por que juntar o estudo de violência, polícias e governantes? A complexidade dos motins de Maputo.....	377
Paulo Granjo	
Conflicto armado, violencia urbana, crimen y politica.....	395
Jaime Zuluaga Nieto	
Educación policial en Uruguay. Transformaciones para la consolidación de un Modelo de Educación Integral .....	417
Ricardo Fraiman Nilia Viscardi	
A investigação policial ontem e hoje: Entre o legal e ilegal.....	441
Joana Domingues Vargas	

Pensando a atividade policial, suas representações e práticas .....	459
Stela Grossi Porto	
Organización, crimen y acción: Relatos policiales de la Triple Frontera.....	479
Brígida Renoldi	
Pacificação e pacificadores: policia, política, mídia e religião no Rio de Janeiro .....	509
Carly Machado	
Práticas Policiais Revisitadas - desafios no controle social democrático.....	531
Antonio dos Santos Pinheiro	
Atividade policial e segurança privada: os lugares do “bico” em Fortaleza.....	543
Antônio Marcos Silva	

## INTRODUÇÃO

É preciso sempre reafirmar que os seminários são eventos acadêmicos da maior relevância profissional. Afinal, o trabalho de pesquisa individual ou de um grupo é coetâneo a esse especial ritual de compartilhamento crítico e criativo do tempo. Seminários são assim ocasiões cruciais para fins de reapropriação coletiva do saber que somente nascem das intercessões criadas a partir de diálogos da comunidade acadêmica. Sem a participação em seminários, as ações de pesquisadores individuais ou de grupos isolados continuariam padecendo da pior das insuficiências, por mais brilhantes que possam ser: a falta de abertura para aprender com os outros. Como nas partidas de xadrez, seminários promovem aprendizagens de novas aberturas para o campo de estudos, tanto pela reativação das chaves de leitura e apreciação crítica dos métodos de investigação social, quanto pela pluralização dos estilos de pensamento e reocupação entrecruzada dos campos de problematizações com que pesquisadores de diversas partes do mundo desenvolvem suas produções acadêmicas.

No campo de estudos da violência e dos conflitos sociais, a importância dos seminários não poderia ser diferente. Foi, portanto, com a consciência de que as gratificações intelectuais obtidas pelos resultados das trocas em rede - que envolvem redes entre redes, de modo ricamente heterogêneo-, são essenciais que o Laboratório de Estudos da Violência mobiliza-se desde 2009, quando realizou o *I Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais*, em comemoração aos 15 anos de seu nascimento como núcleo de pesquisa do departamento de ciências sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará.

Foi então que a partir do tema *Trajetórias de Pesquisa*, o LEV lançou o primeiro livro da série intitulado *Violência e conflitos sociais* (BARREIRA, 2010), desde deste primeiro livro tomamos consciência de que se trata de algo que emerge de um seminário onde colegas apresentam o que vêm desenvolvendo como sendo suas pesquisas de ponta e esse objeto

POR QUE JUNTAR O ESTUDO DE VIOLÊNCIA,  
POLÍCIAS E GOVERNANTES?  
A COMPLEXIDADE DOS MOTINS DE MAPUTO

Paulo Granjo<sup>1</sup>

Os estudos de violência pública costumam fragmentar-se de forma especializada entre, por um lado, pesquisas acerca dos perpetradores da violência não-estatal e, por outro, a análise das forças policiais e políticas governativas.

Este fenómeno, embora paradoxal face aos princípios holistas predominantes nas ciências sociais (e particularmente na antropologia), é contudo bastante compreensível à luz da predominante tendência científica para a especialização temática, da pragmática dificuldade em acompanhar de forma transversal bibliografias cada vez mais numerosas e sectoriais, ou até da criação e exploração de nichos de mercado para a prática de ciência aplicada.

Não obstante, os motins ocorridos em Maputo nos anos de 2008 e 2010 – que tive oportunidade de estudar, a partir da observação direta e de muitas e diversificadas entrevistas informais – apresentam uma complexidade de fatores e de interações entre eles que condena qualquer abordagem parcelar ao estatuto de uma pobre aproximação à sua compreensão.

Não me parecem existir razões para crer que a maioria dos outros fenómenos de violência pública coletiva possua um menor grau de complexidade. Utilizarei, por isso, a análise das motivações, dinâmicas, fatores e interações presentes nesses motins como um exemplo e argumento da necessidade de, nas nossas análises da violência pública, juntarmos ao estudo dos perpetradores civis o estudo dos polícias e dos governantes.

<sup>1</sup> Investigador do Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa) e professor convidado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa).

Numa resposta minimalista a esse desafio, seria urgente estimular e estabelecer o diálogo entre pesquisadores da violência popular e da violência coerciva estatal.

Numa resposta mais ambiciosa, seria necessário adaptar as lógicas de pesquisa à natureza complexa dos fenômenos pesquisados, designadamente substituindo o primado da análise de variáveis lineares por uma abordagem holista, que privilegiasse a análise das interações que elas mantêm entre si.

Terminarei este artigo sugerindo, a partir da minha experiência empírica e de uma reapropriação das teorias do caos (Lorenz, 1993) que as procura adaptar às particularidades dos fenômenos sociais, cinco princípios que podem servir de base a essa abordagem mais ambiciosa.

### Fevereiro e Setembro

Na manhã de 5 de Fevereiro de 2008, regressava a Maputo com a minha família, vindos de uma curta estada na África do Sul. As peculiaridades do nosso visto de permanência em Moçambique exigiam uma saída a cada três meses e, não tendo transporte próprio, tínhamos aproveitado um pacote turístico que incluía a viagem. Éramos assim conduzidos, estrada fora, por um sólido sul-africano de origem europeia, na companhia de alguns aposentados portugueses que pela primeira vez pisavam África.

Chegados à portagem que marca uma das entradas em Maputo, encontrámo-la fechada. Em torno, muitas dezenas de automóveis se amontoavam, aguardando. De vários pontos da cidade, erguiam-se colunas de fumo. Tememos que estivesse a ocorrer algum incêndio descontrolado, mas um telefonema fez-nos saber que outra coisa se passava:

- Nem pense em vir, Doutor! Estão a fazer greve por causa do aumento dos “chapas” e não deixam os carros passar, na cidade toda. No Alto Maé, um rapaz levou um tiro e não se sabe se vai conseguir viver.

Perante esta informação, decidimos voltar para trás, buscando abrigo no condomínio suburbano onde residia um casal amigo. No entanto, a estrada por onde antes tínhamos passado sem qualquer problema estava agora cortada por uma fileira de pneus em chamas, junto da qual gesticulavam algumas centenas de pessoas. Com experiência de protestos de rua mais letais, o sul-africano instintivamente acelerou, gingando por entre os obstáculos. Um jovem adiantou-se em direção a nós e lançou uma

grande pedra que atravessou uma janela lateral da carrinha. Assustados mas com apenas um passageiro ligeiramente ferido pelo impacto, acabámos por chegar ao tal condomínio, depois de mais algumas peripécias.

Ao longo da tarde, também outros amigos de residentes se foram ali abrigando. Vinham chocados por verem a polícia tentar romper as barricadas disparando aleatoriamente sobre as sebes na berma da estrada, atrás das quais se acoitavam confusamente homens, mulheres e crianças que eles nem sequer conseguiam ver. De onde estávamos, continuavam a ouvir-se frequentes disparos de *shotgun*, pistola e *kalashnikov*. Por vezes, também o som mais cavo dos lançadores de balas de borracha. Ao contrário da televisão estatal, os canais privados cobriam extensivamente os acontecimentos; mas só a meio da noite se soube que o governo tinha aceitado suspender os aumentos das tarifas de transportes, motivo imediato e reivindicação do protesto.

De facto, aqueles acontecimentos constituíam, na expressão utilizada pelos seus participantes, uma *greve aos “chapas”* - as carrinhas privadas de 9 lugares que, depois de recondicionadas para transportarem 19 pessoas sentadas e as que ainda couberem de pé, são a possibilidade de transporte disponível para a larga maioria da população.

A razão imediata dos protestos tinha sido a entrada em vigor, nesse dia, de uma decisão governamental que aumentava em 50% o preço a pagar por cada viagem. No entanto, não existia liderança e ninguém conseguiria dizer quem os convocara. Um par de dias antes, começaram a circular nos telefones celulares<sup>2</sup> apelos ao bloqueio da circulação rodoviária, que as pessoas reenviavam aos amigos e familiares, enquanto o assunto ia sendo discutido entre vizinhos, enfatizando o desagrado de todos.

Nesse dia, logo de madrugada, os “chapas” foram impedidos de iniciar os seus percursos, na periferia norte de Maputo. Mal isso foi sendo sabido, o movimento alastrou e, ao longo dos bairros pobres que rodeiam a “cidade de cimento”,<sup>3</sup> todos os eixos de entrada na cidade ficaram bloqueados por barricadas de pneus a arder. As viaturas que as

2 Os telefones celulares estão muito generalizados entre a população pobre que, no entanto, usa sobretudo as mensagens de texto (baratas ou gratuitas) e reduz ao mínimo os telefonemas de viva voz - que são caros, para o seu nível de rendimento.

3 Numa herança anterior à independência, em 1975, a cidade de Maputo (antes, Lourenço Marques) é dividida, na classificação popular, entre a cidade de “cimento” e o “caniço”. A primeira corresponde à malha urbana colonial, na altura quase exclusivamente habitada por “brancos”, e a segunda a bairros de autoconstrução onde as casas eram originalmente de madeira e cana (daí o nome), tanto antigos quanto criados pelo fluxo migratório para a cidade. Com a independência e a saída do país de quase toda a população de origem europeia e asiática, a anterior segregação espacial em função da “raça” passou a basear-se na diferenciação socioeconómica.

tentassem atravessar eram - tal como nos aconteceu - apedrejadas por habitantes locais, predominantemente jovens. A sua ação era aplaudida pelas mulheres e mimetizada pelas crianças, num tom de festa e numa divisão sexual e etária dos comportamentos que lembrava a dos linchamentos espontâneos de putativos ladrões, que se tinham vindo a intensificar nos últimos meses, nos bairros periféricos (Granjo, 2009).

Mas apesar da confusão, da excitação generalizada e da ausência de um comando dos protestos, a violência por parte dos manifestantes manteve-se surpreendentemente direcionada e contida. Não se registaram ataques a pessoas enquanto tal, mas apenas a ícones de propriedade e riqueza: os próprios “chapas” menos colaboradores, automóveis particulares, algumas montras de estabelecimentos comerciais. Quem se deslocasse a pé não foi molestado, mesmo que o seu vestuário indicasse um desafio económico bem superior ao de quem protestava.

As forças policiais, contudo, foram menos parcimoniosas no uso da violência. Dos seus disparos indiscriminados sobre os grupos de manifestantes, resultaram nesse dia 6 mortos e 78 feridos a necessitarem de tratamento hospitalar.

Cedo se tornou claro que aquilo que estava em causa não eram apenas - nem sobretudo - questões económicas.

É verdade que o aumento das tarifas de transporte ameaçava a subsistência da larga maioria da população periurbana. A sua situação é, de facto, caracterizada por uma renda baixa, incerta e precária, obtida tipicamente no quadro de famílias alargadas que vivem juntas não por preferência mas por necessidade, subsistindo através de uma difícil gestão de equilíbrios que envolve os salários regulares mas baixos de alguns dos seus membros e o dinheiro que, de forma irregular, os restantes vão conseguindo nas atividades mais díspares. Para esta maioria, que nunca está segura de ter comida daqui a uns dias e cujo orçamento está sempre no fio da navalha (Serra, 2003), um aumento tão brusco e significativo dos transportes põe em perigo quer as outras despesas essenciais, quer a possibilidade de deslocação para o trabalho, para a escola<sup>4</sup> e para as diversas atividades precárias que permitem completar a renda familiar.

No entanto, se este aumento de preços constituiu um *flashpoint*

4 O grau de escolarização urbana e a generalização da ideia de que as crianças devem ir à escola tantos anos quanto possível, surpreendentes tendo em conta as condições de vida e os problemas do sistema escolar, constituem plausivelmente uma positiva e sedimentada herança da época revolucionária posterior à independência.

(Waddington, 1992) capaz de incendiar a ação, cedo se tornou evidente que a questão não era apenas de ordem económica. Ainda mais importante, no descontentamento e na decisão de protestar, era o facto de essa decisão governamental ser interpretada pela população como um desrespeito pelas suas dificuldades de vida e (conforme adiante veremos) um incumprimento daquilo que, na visão popular, são os deveres básicos dos governantes para com os governados - e, conseqüentemente, daquilo que entendem como sendo o “contrato social”.

Se este ponto veio depois a ser explicitado de forma mais direta, em Fevereiro de 2008 foi expresso através de uma frase que, nascida algures no “caniço”, rapidamente foi adotada como marco do que se passara: «o povo saiu da garrafa».

A frase é todo um manifesto sociopolítico, que pouco tinha de crítico para quem a reproduzia nos bairros pobres. Remete para a crença de que, quando um marido tem um comportamento caseiro, submisso e considerado impróprio de um homem, isso não é “natural” ou opção sua, mas resultado de um feitiço que a esposa encomendou e o “meteu na garrafa”, tornando-o amorfamente submetido a quem não deve (a mulher), que assim o domina de forma abusiva e ilícita. Só ao “sair da garrafa” por decisão própria - após reconhecer a sua situação e através de um contrafeitiço - voltará a ser um homem digno e completo. Assim, aquela frase afirmava que “o povo” estava amorfa, indigna e ilicitamente submetido a quem abusava da sua situação (o Estado e os seus ocupantes), mas tinha quebrado esse “feitiço” através da *greve*. Esta teria feito com que fosse ouvida a sua voz, recuperando com isso a dignidade que lhe era devida.<sup>5</sup>

No entanto, os protestos, as mortes e as razões de queixa não impediram que, no ano seguinte, esta mesma população urbana continuasse a votar massivamente na Frelimo e no seu candidato presidencial,<sup>6</sup> numa demonstração da diferença que estabelece (e que entenderemos na próxima secção deste artigo) entre a legitimidade das decisões políticas e a legitimidade do poder que as toma.

Tão pouco esse apoio eleitoral evitou que, em 1 e 2 de Setembro

5 Esta utilização simbólica do feitiço para falar da política poderá ser curiosa, mas não é surpreendente. A feitiçaria serve um pouco por todo o país de linguagem para expressar a obrigação de os governantes protegerem os governados (West, 2009), para criticar os abusos de poder e de apropriação de riqueza (Israel, 2009; West, 2008), ou para punir a avidez económica e o distanciamento social (Serra, 2002; Granjo, 2011). Não admira por isso que, conhecendo as pessoas esse referente cultural, uma frase com esta fórmula simultaneamente heroica, jocosa e camuflada tenha obtido tanto sucesso e adesão.

6 A votação em Armando Guebuza e na Frelimo (o partido no poder desde a independência, em 1975) alcançou em Maputo cerca 80%, nas eleições gerais de 2009.

de 2010, voltassem a viver-se acontecimentos muito semelhantes aos de 2008. A “fáisca” foi, então, o anúncio de aumentos substanciais e quase simultâneos da água, eletricidade, pão e arroz.

Mais uma vez, não foram os mais miseráveis quem protestou. Esses, afinal, esses nem sequer têm acesso aos bens cujos preços aumentaram. As manifestações vieram, de novo, da vasta maioria periurbana que vive em permanente e generalizada precariedade.

No entanto, o próprio carácter auto-organizado do movimento e a sua ausência de centros de liderança fez com que se notassem algumas mudanças nas atuações e faces mais visíveis dos protestos. Não existindo agora pontos específicos a bloquear (ao contrário do que acontecia em 2008, com os eixos de transportes), as barricadas começaram a uma hora tardia. Como ninguém sabia se a anunciada *greve* iria mesmo ocorrer, os potenciais manifestantes ficaram na expectativa até um primeiro bairro tomar a iniciativa, só então se multiplicando rapidamente os bloqueios. O início tardio fez com que, ao começarem os protestos, já as crianças tivessem ido para a escola e as pessoas com trabalho remunerado ou outras atividades urbanas (predominantemente homens) já se encontrassem na “cidade de cimento”. Verificou-se, assim, que as mulheres deixaram de apenas incitar, para assumirem um papel muito mais ativo no levantamento de barricadas e no lançamento de pedras; por outro lado, também as crianças, regressadas a pé das escolas que logo foram encerradas, estiveram presentes em maior número e de forma mais ativa – contribuindo até, tragicamente, para o número de mortos.

Registaram-se ainda outras diferenças. As tentativas populares de desfilar e estabelecer barricadas na “cidade de cimento” foram paradas a tiro pelas forças policiais, que tinham como ordem principal impedir que os confrontos alastrassem para lá do “caniço”. Em resultado da experiência de 2008, a generalidade dos proprietários de automóveis evitaram as barricadas, pelo que os confrontos ocorreram sobretudo com as forças policiais. Entretanto, registaram-se alguns saques de bens alimentares, em grandes empresas de distribuição e em pequenas lojas de imigrantes africanos.<sup>7</sup>

Também ao contrário de 2008, as primeiras reações governamen-

<sup>7</sup> Neste último caso, os produtos vieram a ser quase totalmente devolvidos, num processo em que o medo da sua protecção mágica se veio cruzar com o desconforto moral e a reprovação social, relativos quer ao paralelo entre aqueles saques e os ataques xenófobos sofridos por moçambicanos na África do sul, em 2008, quer à pouca legitimidade de roubar pessoas daquela posição socio-económica (Granjo, 2010).

tais não classificaram os manifestantes como pessoas ingenuamente manipuladas por uma «mão invisível» externa; eram agora acusados de «aventureiros, malfeitores e bandidos».

Não tendo o governo cedido de imediato, os confrontos duraram dois dias, findos os quais os manifestantes e os seus vizinhos, que não se tinham precavido com reservas de mantimentos ou dinheiro, encheram durante o fim-de-semana os mercados populares ao ar livre, na tentativa de assegurar ambas as coisas. O número de mortos por baleamento policial ascendia entretanto a 13, contando-se várias centenas de feridos.

Neste interregno, a continuação dos protestos foi objeto de uma “guerra de mensagens” a favor e contra que foram circulando massivamente nos telefones celulares, até que as empresas de telecomunicações bloquearam esse serviço, por ordem estatal. Houve também, desta vez, tentativas de réplicas dos protestos noutras cidades do país, rapidamente dominadas através de prisões “preventivas” e de cargas policiais.

Por fim, um dia depois de reiterar que os aumentos de preços eram irreversíveis, a presidência da república mudou de posição. Após um domingo de consultas intensivas com o representante local do Banco Mundial, anunciou uma longa lista de medidas destinadas a minorar as dificuldades de vida da população, contribuindo decisivamente para o regresso à normalidade.

### A racionalidade dos amotinados

Pela casualidade de uma deslocação em trabalho de campo há muito agendada, desembarquei no aeroporto de Maputo pouco depois de terem sido suspensos os confrontos. Contudo, não houvera ainda um desenlace final, sendo incerto se tudo recomeçaria, ou não, na segunda-feira seguinte.

Por esses dias e nas semanas seguintes, no “caniço”, ninguém tinha vontade de falar sobre curandeiros e adivinhação, o tema que ali me levava.<sup>8</sup> Qualquer diálogo depressa se centrava na *greve* há pouco ocorrida – e o meu interesse pelo assunto pouco contribuía, confesso, para reverter essa tendência.

Também nessas conversas se notavam diferenças, em comparação

<sup>8</sup> Tratava-se da pesquisa “Nyangas e Hospitais: conceitos e práticas curativas em Moçambique”, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a quem indiretamente se devem, por isso, as condições para a redação do presente artigo.

com as que tinha tido dois anos antes. Nos vários bairros que percorri, mesmo quem estivera ausente se referia aos atores dos confrontos dizendo «nós», e não «eles». Assim, se os mais ativos tinham sido jovens sem emprego “formal” e mulheres com responsabilidades domésticas, eles eram claramente assumidos como representantes da comunidade. O protesto não era de uma classe ou grupo social particular, mas algo apropriado como seu por parte dessa larga maioria que, no Grande Maputo, partilha a condição de precariedade e incerteza que antes referi.

No seu discurso, os aumentos de preços eram secundarizados face a três outros pontos: a revolta por o estado mandar matar quem se manifesta; o desagrado por se ver cada vez mais ostentação de luxo, sem que em nada sejam aliviadas as dificuldades do “povo”; a perplexidade por os governantes «não perceberem» ou «não se importarem» que, continuando a aumentar os preços, os cidadãos comuns não conseguirão subsistir.

Mas, sobretudo, um aspeto fundamental dos protestos que, em 2008, exigia um esforço de descodificação e de contextualização cultural para ser compreendido tornara-se, agora, explícito em qualquer conversa. Trata-se do facto de a população periurbana partilhar uma visão do “contrato social” contrastante com a das elites políticas e que consideravam estar a ser desrespeitado.

Basicamente, essa visão ideal dos direitos e deveres de governantes e governados assenta em dois pilares na aparência contraditórios, mas que se contrabalançam mutuamente. Por um lado, assume-se que um poder instituído e legitimado só muito excecionalmente deverá ser atacado e questionado enquanto tal, pois fazê-lo seria atacar a própria estabilidade social. Mas, em contrapartida, o poder instituído tem a responsabilidade e obrigação de assegurar aos seus governados um nível básico de subsistência, dignidade e bem-estar (Granje, 2008). Isto não quer dizer que o governante não possa retirar vantagens do seu estatuto. É aliás esperado que ele «coma mais»; mas é ilícito que ele «coma sozinho», não redistribuindo parte da riqueza – e sobretudo que coma à custa da fome dos restantes.<sup>9</sup>

Estamos, então, perante um modelo que possui uma vertente de *submissão*, mas justificada por uma outra vertente de *exigência* de de-

<sup>9</sup> Este é um fator fulcral da tolerância para com a corrupção e a apropriação privada de bens públicos, expressa localmente no lugar-comum «o cabrito come onde está amarrado». Mas é também, em contrapartida, fulcral no desagrado por o ostensivo enriquecimento dos governantes ser acompanhado pela estagnação ou empobrecimento dos governados.

sempenho e atitude, cujo carácter algo *paternalista* virá já de tempos pré-coloniais, mas foi reatualizada pela prática política da fase revolucionária pós-independência. É esta aparente ambiguidade que permitiu que, entre dois arremessos de pedras, um manifestante tivesse explicado o seu protesto a um canal televisivo dizendo «*Estamos a chorar para o nosso pai* [o Presidente da República]». A relevância deste modelo era, entretanto, sistematicamente reiterada pela repetição de um lugar-comum local, nas conversas mantive em bairros populares: «o problema é que o governo não é mais pai; agora, é padrasto».

No entanto, esta visão do “contrato social” tem também como corolário que, aos olhos da população, uma decisão governativa não é automaticamente legítima apenas por ser tomada de acordo com as competências legais de um poder reconhecido como legítimo. Caso ela fira, na perspectiva dos governados, a tal obrigação básica que os governantes têm para com eles, a decisão é ilegítima e atacável, embora isso não ponha em causa a legitimidade de poder que a tomou. Não é, por isso, paradoxal que uma população que já suportou dificuldades materiais bem mais duras mas mais igualitárias - incluindo durante uma guerra civil longa de 16 anos (Geffray, 1991) - se amotine duas vezes contra decisões governamentais que fazem perigar a sua subsistência mas, entre uma e outra, continue a votar em quem a governa, por não reconhecer a existência de alternativas políticas credíveis (Pereira, 2008).

Se de ruptura do contrato social se tratava, o descontentamento era entretanto reforçado pela consciência de uma forte e crescente desigualdade socioeconómica, tornada mais evidente pelo contato quotidiano com práticas de ostentação de riqueza - também interpretadas, por esta população, como sinais da sua irrelevância aos olhos dos mais ricos e poderosos. No seu conjunto, estes fatores eram sentidos como componentes de uma “violência sistémica” (Žižek, 2009) exercida sobre si e que, se tinha como fulcro a precariedade das suas condições de existência, era por eles agravada.

Sendo estas as bases do descontentamento e do protesto, é contudo necessário equacionar outros fatores para que possamos compreender por que razão ele assumiu um carácter violento. Poderíamos sintetizá-los dizendo que, olhando à sua volta, estas pessoas não reconhecem quaisquer mecanismos ou instituições mediadoras que sejam capazes de transmitir e negociar de forma eficaz as suas queixas. Na verdade, o processo de liberalização política e económica que a Frelimo conduz desde 1992

(com o fim da guerra civil que a opôs ao principal partido da oposição, a Renamo) foi acompanhado de dois efeitos a esse nível: por um lado, assiste-se a um estreito controlo partidário sobre a maioria das organizações rotuladas como “sociedade civil”, a começar pelos sindicatos, que as neutralizam enquanto instâncias de reivindicação e mediação; por outro, as exigências do multipartidarismo esvaziaram as anteriores estruturas locais de controlo sociopolítico (os Grupos Dinamizadores) que, se frequentemente eram instrumentos de repressão, também podiam canalizar problemas e queixas populares para escalões superiores. Em virtude disso, reproduz-se nos bairros pobres um outro lugar-comum, relativo à possibilidade de fazer chegar as suas preocupações aos governantes: «na democracia, você diz o que quer; mas ninguém liga ao que você diz».

Assim, a população pobre não elegeu o protesto violento como forma de intervenção por a preferir a outras alternativas pacíficas; adotou-o por sentir que não existiam ao seu dispor outras formas de protesto e reivindicação que fossem plausivelmente eficazes. A experiência do sucesso reivindicativo de 2008, entretanto, veio reforçar a crença de que só paralisando violentamente a cidade podem ser ouvidos, mesmo que à custa de perdas humanas entre as suas hostes.

Estando ancorada num potencial mobilizador resultante dos vários fatores que referi, a resiliência dos protestos recebeu, entretanto, novos *inputs* da própria dinâmica dos acontecimentos.

Assim, pude verificar que, apesar dos perigos envolvidos, os protestos violentos se tornaram numa fonte de prazer para muitos participantes - quando não num instrumento de afirmação pessoal e de renegociação da sua imagem perante a comunidade. A par do seu efeito geral de catarse individual e coletiva, a experiência de se ocupar a rua (onde normalmente se é subordinado, submisso ou mesmo humilhado) e de, nela, se assumir uma posição de poder sobre os mais ricos e dominantes foi-me descrita como gratificante em si mesma, para além de ser consciencializada como uma afirmação pública de que não se é irrelevante - em contraste com a forma como se sente ser tratado, em tempos normais, pelo poder e pelos mais ricos.

Por outro lado, o grau de agressividade, de protagonismo e de riscos que se assumem parece estar relacionado, entre muitos dos meus entrevistados, com preocupações de afirmação de si próprio perante a comunidade - enquanto pessoa corajosa, confiável e determinada - e com a gestão desse capital social. Isto conduziu em diversos casos a dinâmicas

de emulação entre jovens ou entre mulheres, que por sua vez contribuíram para a continuidade dos protestos, sem que ninguém desistisse.

Por fim, a indignação quer com a insultuosa violência verbal utilizada pelo porta-voz governamental, quer com uma atuação policial que até matou crianças e se focou no isolamento dos bairros mais ricos, acabou por exacerbar - como aliás noutras áreas do globo (Klein, 2012) - os confrontos e a sua continuação.

### A racionalidade do poder

Chegados a este ponto, uma abordagem estandardizada daria por terminado o artigo, congratulando-se intimamente por até ter sido detetado um feixe de fatores interativos (destacados com sublinhados, na Imagem 1), e não apenas uma ou duas variáveis que tudo tentassem explicar.

No entanto, não me parece que isso seja suficiente. A população que protesta não é um mero reagente a estímulos externos, mas um conjunto de grupos que interagem com muitos outros atores sociais, atores esses cuja ação também requer compreensão e se altera em resultado das interações anteriores.

Desde logo, a ação inicial do governo que serve de *flashpoint* aos motins de 2010 não pode deixar de nos suscitar questões. Como é que, estando ainda tão presente a experiência de 2008, foram decididos tantos aumentos simultâneos de bens tão essenciais? Tal como as motivações e ações dos amotinados, também esta decisão governamental surge como um resultado da interação complexa entre constrangimentos fortuitos e racionalidades particulares.

É verdade que vários fatores de caráter distinto tinham conduzido ao aumento do preço dos cereais nos mercados internacionais, a fonte quase exclusiva de fornecimento de trigo e arroz às cidades. No entanto, nem os aumentos se restringiram a esses bens alimentares, nem esse seguidismo dos preços internacionais estará isento da influência de um fator habitualmente pouco tido em conta: sendo relativamente recente a reconversão das elites políticas moçambicanas da lógica socialista para a neoliberal (e sedimentada sob as lógicas de “ajustamento estrutural do FMI e do Banco Mundial), a ideia da subordinação da economia ao mercado tende a não ser matizada por considerações sociais na sua aplicação política, levando a que subsídios de preços de bens essenciais, afinal habituais em muitas economias capitalistas, sejam sentidos como

arcaísmos revolucionários a ultrapassar.

Não obstante, o estado confrontava-se realmente, nesse ano, com bem pragmáticas dificuldades orçamentais. A baixa do preço do alumínio tinha reduzido a faturação e as contribuições trimestrais da principal fonte de impostos, a fundição Mozal (Granjo, 2003), enquanto o clima de campanha eleitoral do ano anterior tinha conduzido a gastos elevados - incluindo com subsídios aos combustíveis, lançados em resposta ao motim de 2008 - e à diminuição e atrasos nas fulcrais receitas vindas do exterior.

De facto, variando consoante os anos, entre metade e 2/3 do orçamento de estado moçambicano é diretamente assegurado por um conjunto de governos de outros países (os chamados PAP, Parceiros de Apoio Programático), sendo essas contribuições orçadas em apenas 20 a 25% das verbas de "apoio ao desenvolvimento" que entram anualmente no país. Este quadro cria uma situação de razoável dependência, em que a prestação de contas por parte do governo acaba por ser mais efetiva em relação aos PAP do que aos próprios cidadãos e instituições nacionais (Hanlon e Mosse, 2010).

Este fator tornou-se muito relevante na sequência de incidentes que ensombraram o processo eleitoral de 2009. Nas anteriores eleições autárquicas, Deviz Simango, antes eleito Perfeito da segunda cidade do país pela lista da Renamo, tinha concorrido como independente e capitalizou a sua imagem de competência e probidade através de uma grande vitória eleitoral, obtida à custa dos tradicionais votantes dos dois grandes partidos saídos da guerra civil. Em 2009, avançou para a constituição de um novo partido (MDM) que, com um discurso inovador, suscitou o entusiasmo de muitos jovens urbanos letrados e o apoio e simpatia de votantes tradicionais dos dois grandes partidos ex-beligerantes. Foram conspícuos os receios e as atitudes francamente agressivas por parte destes últimos. Neste quadro, a polémica exclusão das listas do MDM da larga maioria dos círculos eleitorais, por alegados erros técnicos, foi acolhida com desconfianças de fraude pré-eleitoral por parte dos *mídia* e dos PAP. Estes últimos exigiram explicações e pressionaram para uma avaliação judicial isenta (e eventual correção) das razões de exclusão, tendo suspenso o pagamento dos seus apoios durante muitos meses e, com isso, dificultado a gestão financeira do estado.

Devemos contudo salientar que a existência de dificuldades de tesouraria não justifica, por si só, que um governo decida proclamar aumentos de preços potencialmente tão perigosos, sobretudo quando o largo fluxo de dinheiro internacional depende, em grande medida, da imagem de estabilidade e paz que consegue projetar para o exterior. Teremos, assim, que tomar em consideração outros fatores, ligados às dinâmicas políticas locais e à cultura de poder instalada.

A grande vitória eleitoral da Frelimo em 2009 - obtida, recorde-se, após os motins de 2008 e sob a ameaça de um novo contendor passível de subverter a lógica bipartidária e a continuidade de uma ocupação não partilhada do aparelho de estado que já dura desde 1975 - parece ter promovido um efeito de autoconfiança na capacidade de manter o poder independentemente do que aconteça que veio reforçar tendências há muito apontadas.

É o caso do isolamento das elites (que são sociais mas também económicas, por serem políticas), relacionando-se com o resto da sociedade com a arrogância de um grupo que se considera o único detentor das competências requeridas por uma modernidade a construir (Sumich, 2008), e que encara os governados por um prisma de indigenização.<sup>10</sup> Conforme Jason Sumich refere, esta atitude decorre em grande medida da origem social (em tempos de luta anticolonial) e dos sucessivos processos de constituição e legitimação das atuais elites. Mas, a par da longa experiência de exercício oligárquico e autoritário do poder sob diferentes regimes (revolucionário socializante, em estado de guerra, multipartidário liberalizante), essa atitude das elites interage com uma cultura autocrática de poder que, por sua vez, não está isenta de influências do passado colonial.

Isto propicia não apenas um estilo de governação sem diálogo com os governados (reforçado pela relação com os PAP que anteriormente referi), como uma mútua dissonância cognitiva quer sobre a natureza da relação de poder, quer sobre os pressupostos de ambas as partes. Ao contrário da visão popular acerca do contrato social, a elite política encara as suas decisões como automaticamente legitimadas pela legitimação do poder

<sup>10</sup> A título de exemplo, atente-se na visão acerca do "povo" que é expressa por um membro das elites político-económicas atuais, muito próxima, na substância e na forma, do discurso colonial: «*Aqueles que são privilegiados, como nós, têm gostos e desejos que são muito diferentes dos das outras pessoas todas. A maioria dos moçambicanos são camponeses, têm uma machamba, vivem da agricultura, e é isso que os interessa e que os satisfaz. A sério que não precisam de instrução nem de mais nada, e a verdade é que nem sequer a desejam. (...) Só querem que as deixem cultivar as suas machambas em paz.*» (Sumich, 2008, p.)

que exercem – hoje as eleições, ontem a legitimidade revolucionária, antes dela a da luta armada de libertação nacional. Não compreendendo a complexidade e ambiguidade da visão popular, a sua experiência de domínio continuado sobre a população urbana e a indigenização que dela fazem propicia que só apercebam, nessa visão, a vertente de *submissão*, mas não a de *exigência*.

Daí a sua surpresa quando tal submissão é quebrada (mesmo que com antecedentes) em resposta a decisões que lhes parecem legítimas e evidentes, surpresa que se sublima publicamente através da acusação de manipulação externa dos contestatários (2008), ou de epítetos que os criminalizam e desqualificam, enquanto elementos marginais ao “bom povo” (2010). Daí, também, a sua subestimação da mobilização popular, visível quer na manutenção de uma viagem de estado do Primeiro-Ministro na véspera do motim de 2010, quando este já fora amplamente divulgado por mensagens telefónicas, quer na posterior tentativa de convencer os amotinados à desistência, através de mensagens que apelavam à defesa dos interesses nacionais.

Os fatores que tenho vindo a referir foram, então, cruciais tanto para a decisão de aumentar preços, quanto para a dinâmica dos motins e para a resposta a ela. Mas tiveram ainda outros efeitos. Eles interagiram também com a desproporcionada e letal violência repressiva e, através da reapropriação dos antigos referentes de segregação espacial, com os locais e propósitos do exercício dessa repressão – em ambos os casos aspetos que, conforme referi, tiveram impacto relevante na resiliência dos protestos.

Por fim, para além das dinâmicas e interações desenvolvidas entre governados e governantes, também o desagrado e a importância económica dos PAP acabou por assumir, de forma evidente, um papel relevante no desenlace final.

### Conclusão e recomeços

Chegados a este ponto, julgo que se terá tornado evidente que só através do equacionamento do complexo conjunto de interações de fatores que se desenvolvem tanto entre os amotinados e a elite governante, quanto no interior de cada um dos grupos, quanto ainda entre ambos e outros atores sociais externos (graficadas na Imagem 1), poderemos aproximar-nos de uma compreensão minimamente satisfatória das razões e dinâmicas de um fenómeno violento como os motins de Maputo.

Creio mesmo que, justificando-se objeções, elas deverão ser por defeito e não por excesso - já que, não dispondo eu de dados suficientemente aprofundados e fiáveis acerca das forças policiais, esse importantíssimo ator se mantém aqui na penumbra, como se fosse um mero instrumento dos decisores políticos e não um grupo atravessado, ele mesmo, por racionalidades, contradições e agencialidades próprias.

Explicitada esta lacuna, o estudo do caso dos motins de Maputo parece, contudo, colocar à reflexão dos estudiosos das violências públicas diversas consequências relevantes.

Antes de mais deveremos atentar no facto de que, se a perspetiva dos perpetradores civis e as lógicas policial e governativa constituem apenas parte dos fatores relevantes nos fenómenos de violência pública (interagindo quer com as estruturas e conjunturas económicas, sociais, políticas e de controlo social, quer com as interpretações que vão sendo produzidas acerca delas e da sua evolução), são todos eles imprescindíveis para a cabal compreensão desses fenómenos.

Operando esses vetores de forma interativa, seria desejável que também o seu estudo o fosse. Mas, perante a especialização temática sedimentada no campo dos estudos da violência, parece ser uma necessidade urgente que, no mínimo, estimulemos e estabeleçamos o diálogo sistémico entre quem pesquisa as lógicas do exercício popular da violência e quem pesquisa as lógicas do exercício da violência coerciva estatal.

Tudo indica, no entanto, que deveremos retirar ainda outras consequências do facto de lidarmos com fenómenos complexos e não com fenómenos complicados – ou seja, de não nos confrontarmos apenas com uma multiplicidade de variáveis de natureza linear, mas com fatores que mantêm entre si interações não-lineares, alterando-se a si próprios e mudando as relações entre si em resultado das interações passadas (Waldrop, 1992).

Este aspeto não se torna relevante apenas no estudo de cada caso, mas também quanto ao potencial comparativo e prospetivo das pesquisas.

Por exemplo, podemos verificar que os fatores mais essenciais que estiveram envolvidos nos motins de Maputo (a generalização da precariedade, a desconfiança nas instituições políticas, a demissão de responsabilidades estatais, encarada como uma ruptura do contrato social, o desprezo governamental para com instituições mediadoras e protestos pacíficos, a desigualdade social e face aos sacrifícios, a ameaça

à subsistência de muitos) estão crescentemente presentes em países como Portugal, sem que o evidente potencial de violência pública se concretize em atos. Essa concretização, afinal, não depende apenas da presença de variáveis propiciadoras da violência (por relevantes que sejam), mas da forma mutável como elas se articulam e interagem, dos efeitos das alterações na sua interação e da influência de eventuais novos fatores.

Sugiro, por isso, que deveremos esforçar-nos por abordar fenômenos complexos, como a violência pública coletiva, a partir de um conjunto de pressupostos mais consentâneos com essa complexidade:

Em primeiro lugar, o objeto do nosso estudo deverá ser o quadro global de todos os fatores relevantes para o fenômeno, entendidos como sendo inseparáveis das relações não-lineares e mutáveis que se estabelecem entre eles.

Dai decorre, em segundo lugar, que num determinado quadro propício à violência, ainda mais essenciais do que as variáveis são as interações não-lineares e mutáveis entre elas. Isto quer também dizer que, em rigor, não existem *a priori* variáveis determinantes ou secundárias; uma variável essencial ou determinante num quadro de interações particular (ou num período particular de um processo) pode tornar-se pouco relevante num outro quadro ou momento, e vice-versa.

Em terceiro lugar, deveremos assumir que, perante quadros de condições na aparência muito semelhantes, variações quase imperceptíveis nas variáveis e interações passadas podem conduzir a resultados muito diferentes. Isto quer dizer que as nossas preocupações de estudo devem incluir quer as particularidades resultantes da dimensão temporal, quer a experiência, a memória e a interpretação dos acontecimentos e fatores passados por parte dos vários atores sociais envolvidos.

Mas quer também dizer, em quarto lugar, que nenhum acontecimento, dinâmica ou evolução que pareçam estranhos e inesperados à luz das nossas análises precedentes deverão ser *a priori* descartados como anomalias pouco relevantes. Pelo contrário, deverão ser assumidos como potenciais indicadores da existência de variáveis (e relações) relevantes, que não foram ainda equacionadas e que urgirá detetar.

Por fim, sugiro que devemos assumir que as consequências das mudanças que ocorrem nos sistemas dinâmicos que observamos (e que, por vezes, tentamos influenciar) não são previsíveis *a priori*. A acumulação de mais uma alteração nas interações entre variáveis tanto pode ser

pouco relevante, como induzir a ruptura de uma situação aparentemente estável e repetitiva, conduzindo a um sistema qualitativamente diferente.

Caso tivesse utilizado, nos princípios que acabo de enumerar, expressões exóticas como “sistemas dissipativos”, “dinâmicas não-lineares”, “dependência sensível das condições iniciais”, “atratores estranhos”, “branching” ou “auto-organização”, ter-se-ia tornado imediato que aquilo que estou a propor é uma adaptação das teorias do caos, transpostas do mundo das partículas físicas para as ainda mais complexas especificidades do mundo social (Maintz, 1989; Mosko e Daimon, 2005).

No entanto, independentemente dos rótulos que utilizemos, aquilo de que se trata é de focar o nosso olhar, abordagem e análise em função de características dos fenômenos que observamos que, na verdade, nem sequer são novas para nós – em vez de fragmentarmos essas realidades, tomando o todo pelas partes e as interações por relações lineares.

E isso, mais do que uma conclusão, é uma proposta de recomeço.

## Referências

- GEFFRAY, Christian. *A Causa das Armas em Moçambique: Antropologia da Guerra Contemporânea*. Porto: Afrontamento, 1991.
- GRANJO, Paulo. A Mina Desceu à Cidade – memória histórica e a mais recente indústria moçambicana. *Etnográfica*, vol. VII, nº 2, 2003, pp. 403-428.
- \_\_\_\_\_. Gémeos, albinos e prisioneiros desaparecidos: uma teoria moçambicana do poder político. *Travessias*, nº 9, 2008, pp. 9-32.
- \_\_\_\_\_. O linchamento como reivindicação e afirmação de poder em Moçambique. *Revista Angolana de Sociologia*, nº 3, 2009, pp. 21-44.
- \_\_\_\_\_. “Saques, feitiço e ética”. 2010. Disponível em: <<http://antropocoiso.blogspot.com/2010/09/saques-feitico-e-etica.html>>. Acesso em: 31 mar. 2013.
- \_\_\_\_\_. Pluralismo jurídico e direitos humanos: os julgamentos de feitiçaria em Moçambique. *O Público e o Privado*, nº 18, 2011, pp. 165-184.
- HANLON, Joseph; MOSSE, Marcelo. Mozambique’s Elite – Finding its Way in a Globalized World and Returning to Old Development Models. 2010. Disponível em: <<http://www.wider.unu.edu/stc/repec/pdfs/wp2010/wp2010-105.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2013.
- ISRAEL, Paolo. The War of Lions: Witch-Hunts, Occult Idioms and Post-Socialism in Northern Mozambique. *Journal of Southern African Studies*, vol. 35, nº 1, 2009, pp. 155-174.
- KLEIN, Axel. Policing as a causal factor – a fresh view on riots and social unrest. *Safer Communities*, vol. 11, nº 1, 2012, pp. 17-23.
- LORENZ, Edward. *The Essence of Chaos*. Washington: University of Washington Press, 1993.

- MAINTZ, Renate. Social Discontinuity. *Interdisciplinary Science Reviews*, vol. 14, n° 1, 1989, pp. 4-15
- MOSKO, Mark; DAMON, Frederick. *On the Order of Chaos: Social Anthropology and the Science of Chaos*. Oxford: Berghahn, 2005.
- PEREIRA, João. «Antes o 'diabo' conhecido que um 'anjo' desconhecido»: as limitações do voto económico na reeleição do Partido FRELIMO. *Análise Social*, n° 187, 2008, pp. 419-442.
- SERRA, Carlos. *Cólera e Catarse*. Maputo: Imprensa Universitária, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Em cima de uma lâmina: um estudo sobre precaridade social em três cidades de Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2003.
- SUMICH, Jason. Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana. *Análise Social*, n° 187, 2008, pp. 319-345.
- WADDINGTON, David. *Contemporary Issues in Public Disorder*. Londres: Routledge, 1992.
- WALDROP, Mitchell. *Complexity: the Emerging Science at the Edge of Order and Chaos*. New York: Simon & Schuster, 1992.
- WEST, Harry. «Governem-se vocês mesmos!» Democracia e carnificina no Norte de Moçambique. *Análise Social*, n° 187, 2008, pp. 347-368.
- \_\_\_\_\_. *Kupilikula: O poder e o invisível em Mueda, Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Violência – seis notas à margem*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009.

## CONFLICTO ARMADO, VIOLENCIA URBANA, CRIMEN Y POLITICA

Jaime Zuluaga Nieto<sup>1</sup>

### Introducción

A partir de los años ochenta del siglo XX Colombia se convirtió en escenario de múltiples formas de violencia, desde la política asociada al conflicto armado interno hasta las más difusas manifestaciones de violencia social que se han desenvuelto tanto en los espacios rurales como en los urbanos; en los primeros han prevalecido las violencias asociadas al conflicto armado que compromete a guerrillas, paramilitares y fuerza pública; en los segundos han prevalecido formas sociales difusas y las asociadas al crimen organizado del narcotráfico. Algunas de éstas violencias se entrelazan y retroalimentan, experimentan mutaciones en su naturaleza y se reproducen en forma ampliada. El contexto en el que se han dado ha sido particularmente complejo como quiera que en estas últimas décadas se han desarrollado cuatro procesos diferentes que se han articulado e interactuado: el crecimiento del narcotráfico, la expansión del conflicto armado interno<sup>2</sup>, el cambio de modelo de desarrollo y la adopción de una nueva Constitución Política en 1991. En este ensayo analizo algunas de estas interacciones y su expresión en algunas de las modalidades de violencia directamente asociadas al conflicto armado y la existente entre crimen y política.

<sup>1</sup> Docente investigador Universidad Externado de Colombia, Profesor Emérito de las Universidades Nacional de Colombia y Externado de Colombia

<sup>2</sup> En este ensayo utilizó indistintamente los conceptos de conflicto armado interno y guerra interna.